

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Tadeu Leite – MDB
1ª-Vice-Presidente: deputada Leninha – PT
2ª-Vice-Presidente: deputado Duarte Bechir – PSD
3ª-Vice-Presidente: deputado Betinho Pinto Coelho – PV
1º-Secretário: deputado Gustavo Santana – PL
2º-Secretário: deputado Vitorio Júnior – PP
3º-Secretário: deputado João Vítor Xavier – Cidadania

SUMÁRIO

1 – ATAS

- 1.1 – 31ª Reunião Especial da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura – Destinada à entrega do título de Cidadão Honorário do Estado a Richard Murad Macedo
- 1.2 – Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura
- 1.3 – Comissões

2 – ORDENS DO DIA

- 2.1 – Plenário
- 2.2 – Comissões

3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

- 3.1 – Comissões

4 – PARECERES

5 – RELATÓRIOS DE VISITA

6 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA

7 – ERRATA



ATA DA 31ª REUNIÃO ESPECIAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 24/8/2026

Presidência do Deputado Tadeu Leite

Sumário: Comparecimento – Abertura – Ata – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Registro de Presença – Execução do Hino Nacional – Palavras do Deputado Gustavo Santana – Entrega de Placa – Palavras do Sr. Richard Murad Macedo – Palavras do Presidente – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados:

Tadeu Leite – Gustavo Santana – Doorgal Andrada – Tito Torres.

Abertura

O presidente (deputado Tadeu Leite) – Às 19h9min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

Muito boa noite a todas e todos. Sejam bem-vindos à Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, numa noite festiva e importante, em que vamos entregar o título de Cidadão Honorário ao Sr. Richard Murad Macedo.

Ata

– O presidente, nos termos do § 2º do art. 39 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada, e a subscreve.

Destinação da Reunião

O locutor – Destina-se esta reunião à entrega ao Sr. Richard Murad Macedo do título de Cidadania Honorária do Estado de Minas Gerais, concedido a requerimento do deputado Gustavo Santana, nos termos do art. 62 da Constituição do Estado de Minas Gerais.

Composição da Mesa

O locutor – Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Richard Murad Macedo, delegado federal Classe Especial, superintendente regional da Polícia Federal em Minas Gerais; Paulo de Tarso Morais Filho, procurador-geral de Justiça do Estado; desembargador Carlos Henrique Perpétuo Braga, presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais; Gen.-Div. Adriano Frutuoso da Costa, comandante da 4ª Região Militar do Exército Brasileiro; Carlos Henrique Dumont Silva, procurador-chefe da Procuradoria da República em Minas Gerais; Tarcísio Parreiras Henriques Filho, procurador regional eleitoral; e Max Emiliano da Silva Sena, procurador-chefe do Ministério Público do Trabalho; a Exma. Sra. desembargadora federal Mônica Sifuentes, diretora da Escola de Magistratura do Tribunal Regional Federal da 6ª Região – TRF6 –, representando o presidente, desembargador federal Ricardo Machado Rabelo; e o Exmo. Sr. deputado Gustavo Santana, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Registro de Presença

O locutor – Registramos e agradecemos as seguintes presenças: Cel. Célio César dos Santos Aparecido, diretor de Operações da Polícia Militar de Minas Gerais, representando a Cel. Cleide Barcelos dos Reis Rodrigues, comandante-geral da PM; Christian Vianna Azevedo, subsecretário de Integração de Segurança Pública da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais; Helton Robini, presidente da Associação dos Servidores da Polícia Federal – Ansef-BH; Sr. Carlos Calazans, superintendente do Ministério do Trabalho e Emprego de Minas Gerais.

Agradecemos também aos demais convidados que acompanham esta solenidade presencialmente, pela TV Assembleia e pelo canal institucional da Assembleia no YouTube.

De acordo com a legislação em vigor, em especial a Resolução do Tribunal Superior Eleitoral nº 23.760, de 2/3/2026, que estabelece o calendário eleitoral das eleições 2026, lembramos às deputadas e aos deputados, convidados e participantes de reuniões e eventos de qualquer natureza promovidos por esta Casa a proibição de pronunciamentos que abordem temas eleitorais e/ou caracterizem pedido de votos, bem como a restrição do uso de materiais alusivos a campanhas eleitorais.

Execução do Hino Nacional

O locutor – Convidamos a todos para, em posição de respeito, ouvir o Hino Nacional, que será executado pelo Coral da Associação dos Servidores da Polícia Federal de Minas Gerais – Ansef –, regido por Leonardo Cunha.

– Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Deputado Gustavo Santana

Boa noite a todas e a todos. Quero cumprimentar o nosso presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, grande amigo e parceiro, Tadeu Leite; o Exmo. Delegado Richard, superintendente regional da Polícia Federal em Minas Gerais; o Exmo. Sr. Paulo de Tarso Morais Filho, procurador-geral de justiça do Estado de Minas Gerais; o Exmo. Sr. Desembargador Carlos Henrique Perpétuo Braga, presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais; o Exmo. Gen.-Div. Adriano Frutuoso da Costa, comandante da 4ª Região Militar do Exército Brasileiro; o Exmo. Carlos Henrique Dumont Silva, procurador-chefe da Procuradoria da República em Minas Gerais; o Exmo. Sr. Tarcísio Parreiras, procurador regional eleitoral; o Exmo. Sr. Max Emiliano, chefe do Ministério Público do Trabalho. Não posso deixar de cumprimentar nossos colegas aqui, meu e do Tadeu, deputados Doorgal Andrada e Tito Torres.

Minha senhoras, meus senhores, há sessões em que esta Casa faz leis; há outras, mais raras e mais belas, em que esta Casa faz justiça. A de hoje é destas. Não subo a esta tribuna para cumprir formalidade regimental. Subo para saldar dívida, aquela dívida silenciosa que um povo contrai com os homens que o defendem sem lhe pedir aplauso, que velam enquanto ele dorme e que fazem do distintivo, não um privilégio, mas um fardo voluntariamente carregado.

Permitam-me recordar por onde começam todas as grandes histórias brasileiras: pelo berço. Nasceu Richard Murad Macedo na Bahia, na mesma Salvador que deu ao Brasil a mais alta voz que jamais se ergueu em defesa do direito: Ruy Barbosa. Não invoco aqui a Águia de Haia por adorno retórico, Sr. Presidente. Invoco-a porque foi Ruy quem nos ensinou, na sua *Oração aos moços*, que “legalidade e liberdade são as tábuas de vida da democracia”. E porque a carreira que hoje homenageamos é, do primeiro ao último dia, a tradução prática dessa sentença: uma vida inteira passada a demonstrar que a lei não é a inimiga da liberdade, é a sua única fiadora.

Mas, se a Bahia lhe deu o berço, foi Minas que lhe deu o chão. Ainda menino, desceu com a família rumo às serras da Zona da Mata e fincou raízes em Manhuaçu. Foi ali que se fez gente. Foi ali que aprendeu o mineirês da alma, que não é sotaque, é temperamento. É a arte de falar pouco e cumprir muito. É a desconfiança sadia diante do fácil e a fidelidade teimosa diante do difícil. De Manhuaçu para Belo Horizonte; de Belo Horizonte para os bancos da PUC Minas, onde se bacharelou em direito, na turma de 2003; e de lá para o Brasil inteiro, mas nunca, jamais, para longe de Minas!

E aqui, senhoras e senhores, chego à parte deste discurso que nenhum currículo comporta, porque não cabe em diploma nem se comprova por certidão. Antes da PUC Minas, antes da Academia Nacional de Polícia, antes do FBI em Quantico, na Virgínia, antes da França, houve uma escola anterior, mais severa e mais doce que todas elas: a mesa da casa de seus pais. Foi ali que se ensinou ao Richard que a palavra dada é contrato que dispensa firma reconhecida. Foi ali que aprendeu que honestidade não é virtude de ocasião que se veste quando alguém está olhando, é a mesma no escuro e na luz, na fartura e na falta. Foi ali que compreendeu que o trabalho não humilha ninguém, dignifica a todos. Foi ali que recebeu a fé que não é adorno de domingo, mas bússola de segunda-feira. Foi ali, sobretudo, que lhe disseram a lição que havia de guiá-lo por três continentes: que ninguém é grande o bastante para humilhar, nem pequeno o bastante para ser humilhado. Seus pais não lhe deixaram fortuna, deixaram o caráter, que é a única herança que o tempo não corrói, que o infortúnio não confisca e que a corrupção, por mais alto que lance, jamais consegue comprar.

Quântico ensinou-lhe a liderar. A França ensinou-lhe os subterrâneos por onde escoo o dinheiro do crime. Mas Manhuaçu já havia lhe ensinado o essencial. Onde quer que hoje estejam, é a seus pais que esta Casa presta, neste instante, a primeira das suas reverências, porque não se homenageia um homem íntegro sem homenagear, no mesmo gesto, quem o formou.

Em 2008, o Estado brasileiro entregou-lhe uma insígnia e um dever: delegado de Polícia Federal. Mandaram-no para o Acre, onde a Pátria é larga e o Estado distante. Ali chefiou delegacias, comandou o enfrentamento ao crime organizado, respondeu pela superintendência. Mandaram-no para o Amazonas, e outra vez a confiança da instituição o encontrou no posto de comando. Trouxeram-no de volta a Minas Gerais, e Minas o viu supervisionar o Grupo Especial de Investigações Sensíveis, integrar as forças de combate ao crime organizado e conduzir as operações que perseguiu o tráfico internacional e a lavagem de dinheiro até naquela mesma Zona da Mata que o criara. Reparem na simetria: a terra que lhe deu a infância recebeu-lhe, adulto, a proteção. Há dívidas que só se pagam assim. Depois vem Roraima, e aqui peço a atenção de todos. Pergunte ao garimpo ilegal quem lhe barrou a marcha sobre as terras ianomâmi, quando ainda era incômodo falar disso. A Operação Tori responde. Pergunte aos milhares de venezuelanos que atravessaram a fronteira com fome, com medo, com filhos ao colo, quem os recebeu com o documento na mão em vez da porta na cara. A Operação Acolhida responde.

Rui Barbosa escreveu que a regra da igualdade não consiste senão em quinhoeirar desigualmente aos desiguais na medida em que se desigualem. Pois, senhoras e senhores, este é um homem que não leu essa frase apenas para citá-la em prova de concurso. Leu-a para praticá-la na fronteira, sob o sol de Pacaraima, diante de gente que não tinha nada, sequer tinha país. Eis a marca da biografia: o

rigor técnico de mãos dadas com a sensibilidade humana, a firmeza que não se converte em crueldade, a autoridade que não precisa de arrogância para ser obedecida.

Depois a diplomacia policial no Paraguai: oficial de enlace junto à Senad, tecendo, fio a fio, a cooperação que asfixia o narcotráfico na fronteira que mais fere o Brasil. Serviu ao seu país falando outra língua e fez-se entender, porque a integridade é um idioma universal. Vieram então as condecorações. A Marinha do Brasil o condecorou, o Exército Brasileiro o condecorou, a Força Aérea o fez membro honroso. A República do Paraguai lhe conferiu a Medalha de Honra ao Mérito da Inteligência Nacional e a Medalha do Mérito da Polícia Nacional. Mas eu vos digo, senhoras e senhores, que nenhuma dessas medalhas pesa no peito o que pesa o gesto de hoje, porque a medalha é o reconhecimento de uma instituição. O que Minas oferece agora não é reconhecimento, é o parentesco; não é consideração, é o pertencimento. Não lhe dizemos “obrigado, senhor”; dizemos “você é dos nossos”.

Desde 2024, Richard é o superintendente da Polícia Federal em Minas Gerais, e o faz sob três palavras de ordem que esta Casa acompanha e aplaude: Integração: porque o crime organizado não pede licença nas divisas dos estados, e o Estado não pode dar-se ao luxo de trabalhar em ilhas. A Força Integrada de Combate ao Crime Organizado, unindo Polícia Federal, Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Penal e Ministério Público, é a prova de que a segurança pública é obra coral, não solo de vaidade. Interior: porque Minas não termina no Anel Rodoviário. São 853 municípios de gente que também merece Estado presente, e é para eles que se voltam as delegacias descentralizadas que hoje recebem atenção e voz. Gente, a chamada gestão humanizada: porque quem se dedica a cuidar de um povo inteiro precisa, primeiro, ser cuidado como pessoa. O policial que é amparado protege melhor. O servidor que se sente visto trabalha por convicção, não por obrigação.

Ruy Barbosa dizia que “a pátria não é ninguém: são todos”. Hoje esta Assembleia, em nome de todos, cumpre um ato simples de justiça. Richard: nascido baiano, forjado mineiro, servidor brasileiro, homem do mundo e, ainda assim, sempre o menino de Manhuaçu que os pais educaram para não trair a palavra empenhada. Minas Gerais, pela Resolução nº 5.658/2026, não lhe concede um título. Minas está apenas reconhecendo, em documento público, aquilo que já estava escrito na sua história e na sua conduta. Não lhe damos a cidadania: nós a confirmamos. Ela já era sua desde o dia em que um menino desceu as serras da Zona da Mata e resolveu, sem saber, que devolveria a este estado tudo aquilo que dele recebeu. Que este título o encontre, o senhor e a sua família, não como ponto final de uma carreira, mas como abraço de um povo que sabe distinguir o servidor do funcionário, o comando da chefia, o homem público do ocupante de cargo. Seja bem-vindo, Richard. Minas Gerais não o adota; Minas Gerais o reconhece, e, ao reconhecê-lo, honra a si mesma. Muito obrigado. Deputado Gustavo Santana.

Entrega de Placa

O locutor – O deputado Tadeu Leite, presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, e o deputado Gustavo Santana, 1º-secretário, farão agora a entrega do título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais ao delegado federal classe especial Richard Murad Macedo, superintendente regional da Polícia Federal. A placa contém os seguintes dizeres: “Cidadania Honorária do Estado de Minas Gerais. A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 62 da Constituição do Estado, por meio da Resolução nº 5.658, de 14 de maio de 2026, concede a Richard Murad Macedo o título de Cidadão Honorário do Estado pelos relevantes serviços prestados a Minas Gerais.”.

– Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Sr. Richard Murad Macedo

Boa noite a todos. Boa noite, deputado presidente Tadeu Leite. É uma satisfação enorme estar aqui, na Casa do Povo de Minas Gerais, recebendo esta homenagem hoje. Sou muito agradecido a todos vocês, especialmente pela ocasião especial que proporcionam a mim e à Polícia Federal nesta data.

Desembargadora Mônica Sifuentes, minha amiga, obrigado pela presença. Dr. Paulo de Tarso Moraes Filho... O Dr. Paulo de Tarso me constrange aqui hoje. A última solenidade em que eu estive com o Dr. Paulo de Tarso foi na posse do Dr. Carlos Henrique. Ele é sempre muito eloquente com as palavras. Meu amigo de Roraima, Gen. Frutuoso, é uma satisfação enorme tê-lo conosco. Dr. Carlos Henrique, nosso parceiro do Ministério Público Federal, muito obrigado pela presença, meu amigo. Dr. Tarcísio... De fato, o Dr. Tarcísio foi o orador na posse do Carlos Henrique. Realmente, a eloquência do Dr. Tarcísio ficou registrada ali – não é, Dr. Carlos Henrique? –, de uma forma que constrange os demais oradores quando estão perto dele. Nosso procurador-chefe do Ministério Público do Trabalho, Dr. Max, muito obrigado pela presença mais uma vez. Agradeço a todos os colegas policiais militares, ao Corpo de Bombeiros, à Polícia Civil, à nossa Secretaria de Justiça, a todos os representantes do nosso coral da Ansef. Mais uma vez: foi belíssima a apresentação. Sou extremamente agradecido a vocês pela forma como representam a Associação Nacional de Policiais Federais. Agradeço aos representantes das nossas associações de classe, Robini, Dr. Roger... Acho que o Flávio também está aqui conosco, o Miguel, enfim. Agradeço a todos que estão aqui representando as entidades de classe e os servidores da Polícia Federal, a todos os colegas policiais federais. Minha esposa, Sabrina, minhas filhas Alice e Helena, meus amores, muito obrigado pela presença de vocês.

Sr. Presidente, Sr. Deputado Estadual Gustavo Santana, autor desta generosa e comovente iniciativa. O senhor não imagina o quão relevante é para mim este momento, sim, deputado. Muito obrigado mais uma vez. Sras. e Srs. Deputados, autoridades civis, militares, eclesiásticas e do Poder Judiciário; irmãos e valorosos servidores da Polícia Federal e das forças integradas de segurança pública; minhas senhoras e meus senhores. Se o deputado Gustavo Santana afirmou há pouco que esta Casa hoje não cumpre uma formalidade regimental, mas salda uma dívida de justiça, cabe a mim iniciar esta fala com a humildade de quem reconhece o contrário. O verdadeiro devedor nesta data solene sou eu: a dívida de uma vida inteira com a terra que não apenas me acolheu, mas me forjou no caráter, na têmpera, no ideal republicano. O nobre deputado lembrou com maestria que a Bahia me deu o berço e a voz ativa de Rui Barbosa. É verdade, mas permitam-me completar essa simetria. Se de Salvador herdei a convicção de que a legalidade é a fiadora da liberdade, foi nas montanhas de Minas que esse sentimento ganhou alma e destino.

Não há como subir a esta tribuna sem evocar a Inconfidência Mineira. Foi aqui, nas ladeiras históricas, que os inconfidentes ensinaram ao Brasil que a liberdade, ainda que tardia, não é dádiva, mas conquista forjada na coragem de quem não se dobra ao arbítrio. Tiradentes e seus companheiros sonharam com uma terra soberana, justa e livre. É exatamente dessa matriz histórica que extraímos o compromisso inegociável de nossa instituição. A Polícia Federal é, por essência e vocação constitucional, uma instituição de Estado, estritamente republicana, desprovida de qualquer viés político ou ideológico e guardiã intransigente da ordem democrática e do Estado Democrático de Direito. Não servimos a governos, a partidos, a conveniências ou a conjunturas de ocasião. Servimos ao povo brasileiro, à Constituição e à estrita observância das leis.

Essa postura republicana e técnica não aprendi apenas nos meus compêndios jurídicos da Universidade Católica de Minas Gerais, mas na mesa simples de meu pai, quando menino, ao descer as serras rumo a Manhauçu. Como o senhor disse, deputado, ali aprendi que a retidão deve ser a mesma no claro e no escuro e que a autoridade só se legitima quando exercida com impessoalidade, serenidade e espírito público. Ao longo de minha trajetória pelas fronteiras do Acre e do Amazonas e no comando em Roraima, a defesa da soberania e do patrimônio ambiental sempre esteve no centro do meu dever. Vimos de perto, na Operação Tori, que a cobiça predatória e clandestina sobre as terras yanomami protegidas destrói os ecossistemas e a ordem jurídica.

Hoje, à frente da Superintendência da Polícia Federal em Minas Gerais, esse dever republicano ganha contornos de absoluta clareza técnica e responsabilidade socioeconômica. Minas Gerais traz a mineração em sua história, em seu DNA e no seu próprio nome. Precisamos afirmar, com franqueza e altivez, que a atividade de mineração lícita, técnica e sustentável é fundamental e indispensável para a geração de empregos, para a arrecadação pública e para o desenvolvimento econômico de Minas Gerais e de todo o Brasil. O empreendedor que cumpre a lei, investe em segurança, respeita as comunidades e protege os recursos naturais é um

parceiro vital ao progresso nacional. Em contrapartida, exatamente para proteger o setor sério, a economia legal e a sociedade, a mineração ilegal e predatória precisa ser combatida com o máximo rigor da lei. O nosso solo carrega as feridas indelévels de Mariana e de Brumadinho. Aquelas perdas humanas irreparáveis impõem um mandamento ético. O combate à corrupção e à clandestinidade é a forma mais eficaz e urgente de prevenir novos desastres. Onde há fraude em laudos técnicos, usurpação de patrimônio da União, cooptação de agentes públicos e licenças obtidas à sombra da propina, o que está em risco não é apenas a rigidez administrativa: são vidas humanas e a segurança coletiva.

É sob essa premissa de rigor técnico e isenção que a Polícia Federal atua. A Operação Rejeito traduz com precisão essa postura. Ao asfíxiar esquemas de fraudes em licenciamento e corrupção em áreas de preservação, a PF não atua contra o desenvolvimento, mas a favor da legalidade, separando de forma intransigente quem constrói a riqueza do País de quem pratica rapinagem contra o nosso patrimônio. Conduzimos esse trabalho alicerçados nos princípios constitucionais da legalidade e da confiança que a população deposita na Polícia Federal.

O deputado Gustavo Santana disse que esse título não é apenas uma honraria, mas uma certidão de pertencimento e parentesco. Recebo esse abraço com profunda reverência. Divido este momento com cada mulher e homem da Polícia Federal e das forças de segurança, com a minha família e com a memória e o exemplo de integridade dos meus pais. Muito obrigado a todos. Viva a democracia! Viva Minas Gerais! Muito obrigado.

Palavras do Presidente

Bem, mais uma vez, meu boa-noite a todas e todos. Primeiro, quero dizer da felicidade de receber todos vocês aqui, na Casa do povo mineiro, na nossa Assembleia, tendo a oportunidade nesta noite de homenagear o nosso delegado Richard Murad Macedo, superintendente regional da nossa Polícia Federal. E, na pessoa de V. Exa., quero cumprimentar todos os servidores desta instituição tão importante, não só para Minas Gerais, mas para todo o País. Sejam sempre muito bem-vindos à nossa Casa.

Querido amigo, 1º-secretário da Assembleia, deputado Gustavo Santana, autor deste requerimento, quero aqui de público agradecer-lhe, inclusive pela parceria na condução dos trabalhos desta Casa. Muito obrigado por sua amizade e pelo requerimento da noite de hoje.

Quero cumprimentar a diretora da Escola da Magistratura do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, querida amiga desembargadora Mônica Sifuentes, representando neste ato o nosso presidente recém-empossado do TRF6, desembargador federal Ricardo Machado Rabelo. Seja bem-vinda mais uma vez à nossa Casa. Querido amigo procurador-geral de justiça do nosso estado, Paulo de Tarso, mais uma vez também é muito bom recebê-lo aqui, no nosso Parlamento mineiro. Presidente do nosso Tribunal Regional Eleitoral, desembargador Carlos Henrique Perpétuo Braga, seja bem-vindo. Daqui a pouco, estaremos juntos de novo. Amanhã pela manhã, o TRE e a Assembleia assinam um convênio aqui para que tenhamos eleições cada vez mais claras, limpas e democráticas, se Deus quiser. Então, inclusive, todos estão convidados para esse ato de amanhã de manhã. Seja bem-vindo mais uma vez, caro presidente. Comandante da 4ª Região Militar do nosso Exército Brasileiro, Gen.-Div. Adriano Frutuoso da Costa, mais uma vez é muito bom recebê-lo aqui, na Casa do povo mineiro. Procurador-chefe da nossa Procuradoria da República de Minas, querido amigo Carlos Henrique, mais uma vez, é muito bom recebê-lo no nosso Parlamento. Procurador regional eleitoral Tarcísio Parreiras Henriques Filho, bem-vindo à nossa Casa. Max Emiliano, procurador-chefe do Ministério Público do Trabalho, também é muito bom recebê-lo.

Peço licença para cumprimentar os queridos amigos deputados Doorgal Andrada e Tito Torres, que se fazem presentes hoje aqui, representando aqui obviamente os 77 deputados e deputadas, porque esta solicitação do deputado Gustavo Santana foi obviamente apoiada praticamente por unanimidade desta Casa.

Cumprimento a família do Dr. Richard, sua esposa, suas filhas. Seja bem-vinda aqui toda a sua família.

Minhas senhoras, meus senhores, Minas Gerais sabe reconhecer aqueles que, por sua trajetória, seus serviços e vínculos que constrói com a nossa gente, passam a pertencer a esta terra por escolha, por afeto e por compromisso. Por essa razão, ao conceder o título de Cidadão Honorário de Minas ao superintendente regional da Polícia Federal, delegado Richard, é como se esta terra dissesse, por meio desta Casa, que quem constrói sua história aqui passa a carregar Minas na identidade e no coração.

Nascido em Salvador, como o deputado Gustavo falou, na nossa Bahia, o Dr. Richard teve, desde sua infância, a história entrelaçada com o nosso estado. Foi em Manhuaçu – como também já dito aqui –, na nossa querida Zona da Mata, que cresceu ao lado dos seus pais e dos seus irmãos, absorvendo os valores de educação, trabalho e serviço à comunidade que viriam a marcar toda a sua carreira. E foi aqui, na nossa capital, que se formou em direito, lançando os alicerces de uma trajetória profissional de excelência.

Em mais de duas décadas de dedicação ao serviço público, ocupou posições de comando em Roraima, Amazonas e Acre, onde atuou em operações de grande repercussão nacional e internacional, até retornar a Minas Gerais para comandar a nossa Superintendência Regional da Polícia Federal. Aqui assumiu um Estado de dimensões continentais, com desafios igualmente grandes e complexos, mas que vem enfrentando com competência e responsabilidade. Mas talvez uma das marcas mais importantes em sua atuação seja a compreensão de que nenhum órgão consegue cumprir sozinho as missões que a sociedade lhe confia. Nesse sentido, promoveu a ação integrada das forças da segurança da capital e do interior e fortaleceu o diálogo com as instituições parceiras, uma decisão que comprova que os grandes desafios exigem diálogo e interação, exigem entendimento de que, acima das atribuições específicas de cada cargo, existe uma missão comum: servir a nossa sociedade.

E é nesse ponto que esta homenagem aproxima ainda mais a Polícia Federal desta Casa, a Assembleia Legislativa. O Parlamento é, por natureza, a casa do diálogo. Entendemos que, quando as pessoas e as instituições trabalham juntas, ganha o cidadão, que espera a segurança, e ganha a sociedade, que espera que o Estado esteja presente não apenas para exercer a autoridade, mas sobretudo para cumprir a sua missão pública. Como sabemos, a cidadania não se resume a um documento. O título que V. Exa. recebeu, nesta noite de hoje, por indicação do querido amigo Gustavo Santana, reconhece uma trajetória de vida, reconhece aquele menino que chegou a Manhuaçu, o estudante que se formou em Belo Horizonte, o profissional que aqui iniciou importantes capítulos de sua carreira e o homem público que para cá retornou, ao lado da sua esposa e filhas, para colocar experiência a serviço dos mineiros. Afinal, a verdadeira medida de uma trajetória pública não é apenas o cargo que se ocupa, mas o bem que se é capaz de realizar por meio dele, porque servir é colocar a própria capacidade a serviço de uma causa maior do que nós mesmos. Que seja essa sempre a nossa missão em favor das mineiras e mineiros e de Minas Gerais.

Portanto parabéns, Dr. Richard, seja oficialmente bem-vindo neste momento à cidadania mineira. Um abraço a todos. Boa noite.

O locutor – Após o encerramento regimental, ouviremos o Coral da Ansef, sob a regência de Leonardo Cunha, que vai apresentar as seguintes músicas: *Pátria Minas*, de Marcus Viana; e *Brincar de viver*, de Guilherme Arantes.

O presidente – Ainda em tempo, quero cumprimentar também o nosso Coral da Ansef. Sejam bem-vindas e bem-vindos. Parabéns pelo trabalho.

Encerramento

O presidente – A presidência manifesta a todos o agradecimento pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e deputados para a ordinária de amanhã, dia 25, às 14 horas, com a ordem do dia a ser publicada. Levanta-se a reunião.

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA EM 25/8/2026**Presidência da Deputada Beatriz Cerqueira**

Sumário: Comparecimento – Falta de Quórum.

Comparecimento

– Comparecem a deputada e o deputado:

Beatriz Cerqueira – Ulysses Gomes.

Falta de Quórum

A presidenta (deputada Beatriz Cerqueira) – Às 14h9min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A presidência deixa de abrir a reunião por falta de quórum e convoca as deputadas e os deputados para a ordinária de amanhã, dia 26, às 14 horas, com a ordem do dia a ser publicada.

ATA DA 2ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA E DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 12/11/2024

Às 14h11min, comparecem à reunião o deputado Marquinho Lemos, membro das Comissões de Fiscalização Financeira e Orçamentária (substituindo o deputado Ulysses Gomes, por indicação da liderança do BDL) e de Participação Popular; e os deputados Ricardo Campos, Doutor Jean Freire e Leleco Pimentel, membros da Comissão de Participação Popular. Está presente também a deputada Andréia de Jesus. Havendo número regimental, o presidente, deputado Marquinho Lemos, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros das comissões presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições das comissões e, em audiência pública, receber os relatórios com as sugestões populares do processo de discussão participativa do projeto de lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental 2024-2027 para o exercício 2025, encerrando o processo de discussão participativa do plano nesta Casa. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende a audiência pública. A presidência registra a presença das Sras. Elizabeth Rosa Soares, representante da economia popular solidária; Thatiane Santos Ruas, vice-diretora da Uemg – Unidade Ibirité (por videoconferência); Paula Laviola Pedrosa, assessora de Produção da União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária e relatora do Grupo de Agricultura e Acesso à Água de Caratinga (por videoconferência); Nilce Araújo, conselheira do Conselho Estadual de Saúde; e Fabiana de Oliveira Gama, representante da Associação Comunitária Cultural e Ambiental; e dos Srs. Renato Paranhos dos Santos, diretor-executivo da Federação das Entidades Culturais e Artísticas do Vale do Jequitinhonha e relator do Grupo de Cultura de Itaobim; Francisco Wander da Silva, consultor da Rede de Tecnologia Agroambiental Esperança; Caio Magno Lima Campos, assessor da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, representando a titular dessa secretaria; Pedro Afonso Fernandes Filho, assessor técnico da Prefeitura de Itamarandiba e relator do Grupo de Agricultura e Acesso à Água (por videoconferência); Bruno Carlos da Silva Porto, diretor de Planejamento e Orçamento da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, representando o titular dessa secretaria; Ronaldo Cardoso de Lima; Marcelo Pereira de Jesus, diretor regional da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais Baixo e Médio Jequitinhonha e relator do Grupo de Agricultura e Acesso à Água de Itaobim; Rodrigo Affonso de Albuquerque Nóbrega, representante do Instituto de Geociências da Escola de Engenharia da UFMG; Mário Fernando Pasquel Tejada Júnior, gerente de Planejamento da Emater, representando o diretor-presidente; Mateus Ferreira de Almeida, representante do Instituto Elo; Edson Carlos Trindade Silva, representante da Associação de Desenvolvimento do Esporte Amador de Pompéu; Marcos Alexsander Arruda Campos, vereador da Câmara Municipal de São João da Ponte e relator do Grupo Agricultura e Acesso à Água de Montes Claros; Felipe Augusto Silva, coordenador de Projetos do Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados; Geraldo Magela da Silva, assessor institucional da Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais; Cassiano Alves Maçaneiro, maestro fundador da

Orquestra Filarmônica de Varginha e representante do Núcleo Pedagógico de Orquestras do Sul de Minas (por videoconferência); José Maria Fagundes, representante do Museu Ginásio São José e relator do Município de Ubá (por videoconferência); e Roberto Carlos Pinto, vice-presidente do Conselho Estadual de Defesa de Direitos da Pessoa com Deficiência (por videoconferência). O presidente, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de dezembro de 2024.

Zé Guilherme, presidente.

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 26/3/2025

Às 13h41min, comparecem à reunião a deputada Carol Caram e os deputados Adriano Alvarenga e Charles Santos, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Adriano Alvarenga, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de mensagem de Augusto Farias da Cunha, recebida por meio do Fale com as Comissões, em que sugere alterações na forma de pagamento com cartão de crédito. Comunica também o recebimento do Ofício Circular Arsae/GAB nº 28/2025 da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário de Minas Gerais – Arsae-MG –, publicado no *Diário do Legislativo* em 20/3/2025, em que informa sobre o início do período de consulta pública relativo à elaboração de normativo que estabelece a matriz de riscos para contratos de prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário regulados pela Arsae-MG. Notifica, ainda, recebimento de ofício do presidente desta Casa, deputado Tadeu Leite, em que informa sobre a realização do novo ciclo do Assembleia Fiscaliza, com a promoção de duas ações institucionais, que são o Tema em Foco e a Prestação de Contas do Governo, que ocorrerá no período de 2 a 13/6/2025. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projeto de Lei nº 1.188/2023, no 2º turno (Adriano Alvarenga); Projeto de Lei nº 2.713/2024, no 1º turno (Carol Caram); e Projeto de Lei nº 4.028/2022, no 2º turno (Charles Santos). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 2.430/2024 é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento da deputada Carol Caram, aprovado pela comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 12.732/2025, do deputado Charles Santos, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais pedido de informações sobre a existência de planos ou projetos voltados para a desburocratização do processo de implementação de energia solar individual;

nº 12.733/2025, do deputado Charles Santos, em que requer seja encaminhado ao presidente da Companhia Energética de Minas Gerais pedido de informações sobre a existência de um processo de avaliação de desempenho dos servidores e possíveis terceirizados responsáveis pela realização das religações de energia e os critérios adotados para essa avaliação;

nº 12.734/2025, do deputado Charles Santos, em que requer seja encaminhado ao presidente da Companhia Energética de Minas Gerais pedido de informações sobre a existência de um sistema de acompanhamento em tempo real para monitoramento de quedas de energia na rede de distribuição e os processos e planos de melhorias voltados para a manutenção e o suporte nesses casos;

nº 12.735/2025, do deputado Charles Santos, em que requer seja encaminhado ao presidente da Companhia Energética de Minas Gerais pedido de informações sobre os prazos para a troca de titularidade de contratos de fornecimento de energia elétrica e a existência de planos ou projetos voltados para melhoria na realização dessa medida e diminuição do prazo para sua efetivação;

nº 12.736/2025, do deputado Charles Santos, em que requer seja encaminhado ao presidente da Companhia Energética de Minas Gerais pedido de informações sobre a possibilidade de implementação de ações específicas para atender as comunidades rurais, garantindo-se o acesso facilitado aos serviços oferecidos, com foco na expansão da infraestrutura de distribuição de energia elétrica e na melhoria no atendimento ao cliente nessas regiões;

nº 12.737/2025, do deputado Charles Santos, em que requer seja realizada audiência pública para debater a prática abusiva de descontos indevidos realizados por associações de aposentados, mesmo sem a devida filiação dos beneficiários;

nº 12.861/2025, do deputado Adriano Alvarenga, em que requer seja realizada audiência pública, no Município de Santana do Paraíso, para debater a prestação dos serviços ofertados pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais no município;

nº 12.862/2025, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais pedido de informações sobre a construção de 127 subestações de energia pela companhia, com os esclarecimentos que especifica;

nº 12.995/2025, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja realizada audiência pública para debater com convidados os prejuízos que os consumidores mineiros estão sofrendo diante da falta de pagamento por parte da empresa ViagensPromo a várias agências de turismo do Estado, o que tem ocasionado cancelamentos de pacotes de viagens e enorme transtorno financeiro ao setor;

nº 13.020/2025, do deputado Charles Santos e outros, em que requerem seja realizada audiência pública em conjunto com a Frente Parlamentar em Defesa e Valorização da Vida para debater os impactos na saúde mental da população mineira decorrentes do uso de plataformas de apostas *on-line*.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de abril de 2025.

Adriano Alvarenga, presidente – Carol Caram – Eduardo Azevedo.

ATA DA 3ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE MINAS E ENERGIA E DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 4/11/2025

Às 10h7min, comparece à reunião o deputado Dr. Maurício (substituindo o deputado Gil Pereira por indicação da liderança do BMF), membro das Comissões de Minas e Energia e de Agropecuária e Agroindústria. Havendo número regimental, o presidente, deputado Dr. Maurício, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. O presidente suspende a reunião. Reabertos os trabalhos sob a presidência do deputado Raul Belém (substituindo o deputado Adriano Alvarenga, por indicação da liderança do BMF), membro das Comissões de Minas e Energia e de Agropecuária e Agroindústria, registra-se a presença da deputada Leninha. A presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, a importância da implantação de usinas destinadas à microgeração e à minigeração de energia fotovoltaica e da absorção dessa energia gerada pelas concessionárias ou permissionárias de produção e de distribuição de energia elétrica no Estado. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência registra a presença da Sra. Catherine Najjar Capdeville, conselheira da Comissão de Agronegócio da Seção Minas Gerais da Ordem dos Advogados do Brasil; e dos Srs. Vitório Alves Freitas, diretor de Infraestrutura da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais, representando o secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e Gilmar Braga, diretor de Operações da

Cooperativa de Desenvolvimento Rural dos Produtores de Micro e Minigeração e Consumidores de Energia Renovável do Estado de Minas Gerais. A presidência concede a palavra à deputada Leninha, autora do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de dezembro de 2025.

Gil Pereira, presidente.

ATA DA 2ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA E DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 5/11/2025

Às 16h20min, comparecem à reunião os deputados Ricardo Campos, membro da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária (substituindo o deputado Hely Tarquínio, por indicação da liderança do BDL) e da Comissão de Participação Popular; Leleco Pimentel, membro da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária (substituindo o deputado Ulysses Gomes, por indicação da liderança do BDL); e Doutor Jean Freire e Marquinho Lemos, membros da Comissão de Participação Popular. Havendo número regimental, o presidente, deputado Ricardo Campos, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, a receber os relatórios com as sugestões populares resultantes do processo de discussão participativa do projeto de lei que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027 para o exercício de 2026, encerrando o processo de discussão participativa do plano nesta Casa. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende a audiência pública. A presidência registra a presença das Sras. Gabriella Rodrigues Silva, relatora do tema “Educação (inclusive Educação Superior)”, referente a Belo Horizonte, e representante da classe estudantil; Jéssica Gabriela de Souza Isabel, relatora do tema “Desenvolvimento social 3: direitos humanos”, do Centro Estadual de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Catadores de Materiais Recicláveis; Gislene Cristina da Rocha Silva, relatora do tema “Desenvolvimento social 4 – trabalho, emprego e renda”, referente a Belo Horizonte, e representante da Pastoral Nacional do Povo de Rua; Maria das Graças Fernandes Araújo, relatora do tema “Desenvolvimento social 2: assistência social e segurança alimentar”, referente a Belo Horizonte, e representante do Grupo de Amparo Mansão de Luz – Gamaluz (por videoconferência); Roberta Corsino Ferreira, relatora do tema “Agricultura, Pecuária e Abastecimento (inclusive Política Fundiária)”, referente a Belo Horizonte, e assessora técnica da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Fetaemg; Robélia Maria de Jesus Gomes, relatora do tema “Desenvolvimento regional: economia e cultura da sociedade civil”, referente a Itaobim”, e representante do movimento Vigilantes da BR-367 (por videoconferência); e Laura Gama dos Santos Mangualde, assessora de gabinete da Subsecretaria de Gestão de Transferências Estaduais da Secretaria de Estado de Governo, representando o titular dessa pasta; e os Srs. Luiz Alberto Silva de Souza, vereador da Câmara Municipal de Guaranésia; Geraldo Heleno Lopes, relator do tema “Saúde (inclusive política sobre drogas)”, referente a Belo Horizonte, e conselheiro estadual de Saúde de Minas Gerais; Caio Magno Lima Campos, assessor de Relações Institucionais da Secretaria Estado de Planejamento e Gestão, representando a titular dessa pasta; Adriano Gonçalves Rocha, relator do tema “Desenvolvimento regional: economia e cultura” e diretor-administrativo da Escola Família Agrícola de Natalândia (por videoconferência); Renato Paranhos dos Santos, relator dos temas “Cultura e Turismo”, referente a Belo Horizonte, e “Desenvolvimento regional: economia e cultura”, referente a Itaobim, e diretor-executivo da Federação das Entidades Culturais e Artísticas do Vale do Jequitinhonha; Paulo Amaral, relator do tema “Meio ambiente, segurança hídrica e saneamento básico”, referente a Coronel Fabriciano, e secretário do Instituto de Pesquisa, Gestão e Tecnologia – Intec; Sérgio Marcos Franca Cardoso, relator do tema “Meio Ambiente, segurança hídrica e saneamento básico”, referente a Itaobim, e vereador da Câmara Municipal de Teófilo Otoni; Agmar Pereira Lima, vice-prefeito municipal de Pedras de

Maria da Cruz; Ramon Fernando Noronha de Moraes, relator do tema “Meio ambiente, segurança hídrica e saneamento básico”, referente a Montes Claros, e vereador da Câmara Municipal de Bocaiuva; Max Vinicius Aguiar Martins, prefeito municipal de Serranópolis de Minas; José Lucílio Alvarenga Neto, relator do tema “Desenvolvimento regional: economia e cultura”, referente a Coronel Fabriciano, e vereador da Câmara Municipal de Coronel Fabriciano; e Wladimir Batista Dantas, vice-presidente do Sindicato dos Policiais Penais do Estado e relator dos temas “Desenvolvimento social 1: esportes, segurança pública e infraestrutura e mobilidade” e “Desenvolvimento econômico e transporte e trânsito dos municípios e desenvolvimento regional”. O presidente, na qualidade de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de dezembro de 2025.

Ricardo Campos, presidente.

**ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 15/7/2026**

Às 16h11min, comparece à reunião o deputado Leleco Pimentel, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Leleco Pimentel, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a situação e as ações em curso no Município de Ipatinga visando suspender a realização dos leilões eletrônicos previstos nos Editais nºs 1 e 2/2026, voltados à alienação das áreas públicas denominadas Gleba IA (Matrícula nº 23.779) e Gleba IV (Matrícula nº 17.447), ambas localizadas no Bairro Horto, no referido município. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende a audiência pública. A presidência registra a presença das Sras. Cirlene Betencourt, presidente do Centro de Defesa dos Direitos da Natureza – CDDN; Haydée Lage Ferreira, presidente da Associação dos Moradores do Bairro Horto – Amoh; Maria Aparecida de Lima, vereadora da Câmara Municipal de Ipatinga; Maria da Penha Andrade Cruz, diretora-presidente da Associação Ambientalista Samambaia – Asas; Maria do Perpétuo Socorro Medeiros Dias, integrante da Comissão Provisória de Formação da Frente Única Antifacista do Vale do Aço – FUA; Ângela Maria Vilela Rodrigues, membro do CDDN; e Amanda da Silva Feitosa, coordenadora estadual por Minas Gerais do Movimento Camponês Popular; e dos Srs. Ezequiel Geraldo de Magela, advogado; Robinson Ayres Pimenta, coordenador da FUA; Alessandro de Sá, presidente do Instituto Interagir (por videoconferência); Sebastião dos Santos, liderança comunitária do CDDN; Ricardo Souza Siviero, colaborador da Amoh; José Rodrigues dos Santos Filho, diretor da Asas; Joaquim Lúcio Pereira, diretor do Conselho de Defesa dos Direitos da Natureza; Luiz Artur da Costa Moraes, da direção do PT; João Batista Silva, membro da Associação de Moradores do Bairro Horto; e Vander de Almeida Neto, assessor do mandato do deputado federal Padre João em Ipatinga. O presidente, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de agosto de 2026.

Leleco Pimentel, presidente – Beatriz Cerqueira – Bella Gonçalves.

ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 18/8/2026

Às 10h11min, comparecem à reunião as deputadas Beatriz Cerqueira, Ione Pinheiro e Macaé Evaristo, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Beatriz Cerqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, a debater a necessidade do início das nomeações dos candidatos aprovados no concurso público da Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg – regido pelo Edital nº 1/2025, destinado ao provimento de cargos efetivos das carreiras de técnico universitário e analista universitário. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 23.074/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação e à titular da Superintendência Regional Metropolitana de Ensino C pedido de informações acerca das possíveis exigências feitas nos processos de promoção por escolaridade dos servidores da rede estadual de ensino vinculados à citada superintendência, com os esclarecimentos que especifica;

nº 23.075/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para a revisão dos critérios de seleção e classificação do programa Minas Bilíngue referentes às vagas de língua espanhola e a reabertura das inscrições, com adequação dos critérios de seleção;

nº 23.076/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para a regulamentação e o aperfeiçoamento dos procedimentos de implementação do programa Minas Bilíngue, assegurando maior transparência, planejamento e participação da comunidade escolar;

nº 23.077/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação, à diretora da Escola Estadual Maurício Murgel, em Belo Horizonte, e à titular da Superintendência Regional de Ensino Metropolitana B pedido de informações acerca da eventual exposição de cartazes contendo conteúdos de caráter misógino e referências ao movimento *redpill* na referida escola, com os esclarecimentos que especifica;

nº 23.078/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para climatização adequada na Escola Estadual Doutor André Cortez Granero, em Guaxupé, com a adoção das medidas que especifica;

nº 23.079/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para assegurar a manutenção da oferta dos cursos técnicos de artes no Centro Interescolar de Cultura, Arte, Linguagens e Tecnologias, no Município de Belo Horizonte;

nº 23.080/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre possível encerramento da oferta dos cursos técnicos de artes no Centro Interescolar de Cultura, Arte, Linguagens e Tecnologias;

nº 23.081/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado às Secretarias de Estado de Educação e de Planejamento e Gestão pedido de providências para a nomeação dos candidatos aprovados como excedentes no concurso público regido pelo Edital Seplag-SEE nº 1/2025 e a divulgação de cronograma com as datas previstas para as nomeações e o número de servidores a serem nomeados, por cargo, em cada etapa do processo de nomeação;

nº 23.082/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que, em razão da alteração extraordinária do cronograma promovida pela Orientação SEE/SG nº 2/2026

sem ampla divulgação, sejam reabertos os prazos destinados à escolha e ao aceite de vagas no processo de remoção estadual referente ao Processo de Movimentação de Pessoal de 2026, assegurando-se a todos os servidores regularmente inscritos a possibilidade de exercerem seus direitos em igualdade de condições;

nº 23.083/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para a revogação do § 4º do art. 37 da Resolução SEE nº 5.229, de 22/12/2025, a fim de garantir o direito a extensão da carga horária aos professores orientadores de aprendizagem que atuam nos centros estaduais de educação continuada;

nº 23.084/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações acerca da demora na aprovação das vagas destinadas à contratação de professores de apoio à comunicação, linguagem e tecnologias assistivas e outros profissionais de apoio à inclusão escolar, com os esclarecimentos que especifica;

nº 23.085/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações acerca do procedimento de definição da lotação e da unidade de exercício dos candidatos nomeados no concurso público regido pelo Edital Seplag/SEE nº 1/2025, realizado em 29/4/2026 na Superintendência Regional de Ensino de Januária, com os esclarecimentos que especifica;

nº 23.142/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano pedido de providências para regulamentação e implementação do piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica na rede municipal de ensino, conforme dispõe a Lei Federal nº 11.738, de 2008;

nº 23.241/2026, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja formulado voto de congratulações com Ana Fátima de Rezende Silva pela apresentação da dissertação de mestrado acadêmico intitulada “Que horas é a merenda?”;

nº 23.243/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado às Secretarias de Estado de Educação e de Planejamento e Gestão pedido de providências para que seja processado o pedido da servidora Renata Aparecida de Paula Pereira Aguiar referente a regularização de situação funcional;

nº 23.244/2026, da deputada Macaé Evaristo e da deputada Beatriz Cerqueira, em que requerem seja realizada audiência pública para debater possível discriminação institucional, risco psicossocial e violação de direitos de profissionais da educação em readaptação funcional na rede municipal de educação de Belo Horizonte;

nº 23.245/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para dar continuidade às discussões promovidas pela comissão acerca dos impactos do leilão de 95 escolas estaduais previsto no Edital de Concorrência Internacional nº 1/2026 e no Termo de Contrato de Concessão nº 9518812, convidando-se para participar da referida audiência representantes da empresa IG4 BTG Pactual Health Infra FIP Multiestratégia Responsabilidade Limitada, da concessionária OME SPE S.A. e da Secretaria de Estado de Educação;

nº 23.246/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer sejam encaminhados ao Fórum Estadual Permanente de Educação, ao Ministério Público de Contas, ao Tribunal de Contas, à Associação Mineira de Inspectores Escolares, ao Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais e ao Sindicato dos Profissionais de Especialistas em Educação do Ensino Público de Minas Gerais os relatórios das visitas realizadas pela comissão;

nº 23.247/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à direção das escolas estaduais que especifica pedido de informações sobre a inclusão das respectivas unidades escolares no leilão previsto no Edital de Concorrência Internacional nº 1/2026, com os esclarecimentos que menciona;

nº 23.248/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater o acesso das escolas públicas ao Complexo Mineirão;

nº 23.249/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para discutir o papel das escolas públicas estaduais como espaços estratégicos para a identificação, o incentivo e o desenvolvimento de talentos esportivos, especialmente no futebol, e debater sobre possibilidades de integração entre as escolas, os clubes de futebol e as demais instituições esportivas;

nº 23.253/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para assegurar a continuidade das atividades da Escola Estadual Barão de Gorutuba, no Município de Janaúba, evitando-se o fechamento dessa escola e a destinação de seu prédio ao funcionamento de unidade do Colégio Tiradentes da Polícia Militar;

nº 23.256/2026, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer sejam encaminhados à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para novas nomeações de candidatos aprovados no concurso público regido pelo Edital Seplag/SEE nº 1/2025 para o cargo de assistente técnico de educação básica, no Município de Diamantina, e pedido de informações sobre o quantitativo de cargos vagos nesse município e o planejamento para o provimento dessas vagas;

nº 23.262/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que não ocorra o fechamento da Escola Estadual Esperança, em São Gonçalo do Sapucaí, mantendo-se o atendimento das turmas do 4º e do 5º ano no plano de atendimento de 2027;

nº 23.263/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para dar continuidade às discussões sobre as condições de segurança e de trabalho dos profissionais da educação da Escola Estadual Jovem Protagonista que atuam nos centros socioeducativos, iniciadas em audiência pública realizada em 10/7/2025.

Em seguida, é aprovado relatório da visita às Escolas Estaduais Olegário Maciel e Monsenhor Florisval Montalvão, no Município de Januária; Professor Josefino Barbosa, no Município de Itacarambi; e Guimarães Rosa, no Município de Lontra; realizada em 7/8/2026. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende a audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa os seguintes convidados: as Sras. Angélica Fátima de Barros, analista universitária; Marília Cynttya Alexandre Silva, analista universitária; Sheylazarth Presciliana Ribeiro, vice-presidenta da Associação dos Docentes da Uemg; Sidnéia Aparecida Mainete, diretora-geral do Campus BH da Uemg e vice-presidenta da Comissão Permanente de Gestão dos Técnicos Administrativos da Universidade do Estado de Minas Gerais – CPGTA/Uemg; e Vanessa Canton Pereira, analista universitária e presidenta da CPGTA/Uemg; e os Srs. Caio Magno Lima Campos, subsecretário de Gestão de Pessoas da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, representando a secretária; Julio Fraga Marques, diretor de Comunicação do Diretório Central dos Estudantes da Uemg; Pedro Paulo Abreu Barboran, analista universitário; e Vinicius de Abreu D'Avila, reitor da Uemg. A presidência faz as considerações iniciais e, logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de agosto de 2026.

Beatriz Cerqueira, presidenta – Ione Pinheiro.

**ORDENS DO DIA****ORDEM DO DIA DA 34ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA,
EM 26/8/2026, ÀS 14 HORAS****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase**

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

2ª Fase

Nenhuma proposição para apreciação nesta fase.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

**ORDEM DO DIA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 26/8/2026****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 2.145/2024, do deputado Antonio Carlos Arantes; e 5.231/2026, do deputado Carlos Pimenta.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA
ASSISTÊNCIA SOCIAL NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10
HORAS DO DIA 26/8/2026****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H20MIN DO DIA 26/8/2026**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 26/8/2026**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 13H30MIN DO DIA 26/8/2026**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H15MIN DO DIA 26/8/2026**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 26/8/2026**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 26/8/2026

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 26/8/2026

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 26/8/2026

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE TURISMO E GASTRONOMIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 27/8/2026

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Alê Portela, Ione Pinheiro e Macaé Evaristo e o deputado Luizinho, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 26/8/2026, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater possível discriminação institucional, risco psicossocial e violação de direitos de profissionais da educação em readaptação funcional na rede municipal de educação de Belo Horizonte.

Sala das Comissões, 25 de agosto de 2026.

Beatriz Cerqueira, presidenta.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco os deputados Delegado Christiano Xavier, Bruno Engler, Eduardo Azevedo e Rafael Martins, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 26/8/2026, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 25 de agosto de 2026.

Sargento Rodrigues, presidente.



PARECERES

PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 4.430/2025

Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Relatório

De autoria do deputado Cristiano Silveira, o projeto de lei em epígrafe institui o Protocolo de Prevenção de Crises e Manejo Comportamental, que disciplina a conduta das instituições de ensino públicas e privadas no Estado diante de ocorrências que envolvam crianças e adolescentes com deficiência ou neurodivergentes.

Aprovada no 1º turno na forma do Substitutivo nº 3, retorna agora a proposição para receber parecer para o 2º turno, nos termos do art. 189, combinado com o art. 102, VI, “a”, do Regimento Interno.

Conforme determina o § 1º do art. 189 do mesmo Regimento, segue anexa a redação do vencido, que é parte deste parecer.

Fundamentação

Na forma aprovada no 1º turno, o projeto altera a Lei nº 24.844, de 2024, que dispõe sobre o atendimento de estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades ou superdotação nas instituições de ensino públicas e privadas do sistema estadual de educação para incorporar à política nela estabelecida medidas destinadas à prevenção e ao manejo de situações de crise ou de desregulação comportamental no ambiente escolar.

Em sua análise preliminar no 1º turno, a Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela viabilidade jurídica da proposição na forma do Substitutivo nº 1, apresentado com o objetivo de evitar o estabelecimento, em lei, de protocolo rígido a ser seguido pelas escolas, o que poderia interferir na autonomia pedagógica e administrativa das instituições de ensino.

A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, por sua vez, ratificou o entendimento da comissão precedente quanto à conveniência de tratar a matéria sob a forma de diretrizes e apresentou o Substitutivo nº 2, que conferiu maior objetividade e clareza aos comandos normativos.

Ao analisar a matéria no 1º turno, esta Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia reconheceu que as sugestões propostas pelas comissões precedentes aprimoravam o projeto de lei em exame, mas identificou a necessidade de aperfeiçoamentos adicionais. Por essa razão, apresentou o Substitutivo nº 3, posteriormente ratificado pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária e aprovado em Plenário.

O texto aprovado no 1º turno acrescenta três diretrizes à política instituída pela Lei nº 24.844, de 2024: o fortalecimento da integração entre a escola, a família e os serviços de saúde para o atendimento de situações de crise ou de desregulação comportamental; o desenvolvimento de plano individual de prevenção e manejo dessas situações para os estudantes que demandem acompanhamento específico, consideradas suas necessidades individuais e assegurada a participação da família ou do responsável legal; e a implementação, no âmbito do sistema estadual de educação, de orientações de referência para a prevenção e o manejo de crises ou de desregulação comportamental no ambiente escolar, respeitada a autonomia pedagógica e administrativa das instituições de ensino. O vencido estabelece, ainda, que as ações de formação continuada dos professores incluam conteúdos relacionados à prevenção e ao manejo dessas situações e que os serviços e recursos de acessibilidade contemplem, quando necessário, adaptações ambientais para a redução de estímulos sensoriais e a criação de espaços de acolhimento e regulação sensorial.

O crescimento das matrículas de estudantes com deficiência e transtorno do espectro autista – TEA – reforça a necessidade de preparar as instituições de ensino e seus profissionais para assegurar atendimento adequado às diferentes necessidades dos estudantes e evidencia a importância da qualificação dos profissionais da educação para lidar com as especificidades dos estudantes neurodivergentes.

Comportamentos repetitivos e estratégias de autorregulação adotados por pessoas autistas, por exemplo, podem ser formas de resposta a estímulos ou desafios sensoriais e nem sempre são devidamente compreendidos. A efetividade da inclusão escolar pressupõe, portanto, que os profissionais disponham de conhecimentos e estratégias que lhes permitam atuar tanto no processo pedagógico quanto diante de situações de crise ou de desregulação comportamental.

Nesse contexto, as diretrizes que o texto aprovado no 1º turno visa incorporar à Lei nº 24.844, de 2024, contribuem para qualificar a atuação das instituições de ensino, ao articular medidas de prevenção, planejamento individualizado, formação dos profissionais, adequação do ambiente escolar e integração entre escola, família e serviços de saúde. Além de favorecer o atendimento adequado dos estudantes, essas medidas reduzem o risco de respostas improvisadas diante de situações de crise e reforçam a construção de um ambiente escolar inclusivo e preparado para atender às diferentes necessidades educacionais.

No reexame da matéria neste 2º turno, consideramos que permanecem válidos os fundamentos que orientaram o posicionamento adotado por esta comissão no 1º turno. Verificamos, contudo, que, após a aprovação da proposição em Plenário, foi publicada a Lei nº 26.038, de 2026, que acrescentou novas diretrizes ao art. 3º da Lei nº 24.844, de 2024, dispositivo que o projeto em análise também visa alterar. Uma das diretrizes acrescentadas pela lei prevê a atuação integrada de profissionais da educação, profissionais de apoio escolar e equipes multiprofissionais, observadas as necessidades dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades ou superdotação. Essa diretriz é convergente com outra proposta no vencido do projeto em análise, relativa ao fortalecimento da integração entre a escola, a família e os serviços de saúde para o atendimento de situações de crise ou de desregulação comportamental.

Consideramos, assim, que seria mais adequado integrar as duas disposições em uma única diretriz, de modo a preservar tanto o conteúdo da alteração legislativa já realizada quanto a proposta no vencido, evitando sobreposição normativa e conferindo maior unidade e coerência ao texto da lei. Para promover essa adequação e compatibilizar as demais alterações aprovadas no 1º turno com a redação vigente da Lei nº 24.844, de 2024, apresentamos o Substitutivo nº 1 ao vencido.

Conclusão

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.430/2025, no 2º turno, na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido no 1º turno.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Altera o art. 3º da Lei nº 24.844, de 27 de junho de 2024, que dispõe sobre o atendimento dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades ou superdotação nas instituições de ensino públicas e privadas do sistema estadual de educação.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – O inciso XVII do *caput* do art. 3º da Lei nº 24.844, de 27 de junho de 2024, passa a vigorar com a seguinte redação, e ficam acrescentados ao mesmo artigo os incisos XIX e XX e os §§ 4º e 5º a seguir:

“Art. 3º – (...)

XVII – atuação integrada de profissionais da educação e equipes multiprofissionais, em articulação com a família e com os serviços de saúde, observadas as necessidades dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades ou superdotação, inclusive em situações de crise ou de desregulação comportamental;

(...)

XIX – desenvolvimento de plano individual de prevenção e manejo de situações de crise ou de desregulação comportamental dos estudantes que demandem acompanhamento específico, consideradas suas necessidades individuais e a participação da família ou do responsável legal;

XX – elaboração e divulgação de orientações de referência para a prevenção e o manejo de situações de crise ou de desregulação comportamental no ambiente escolar, respeitada a autonomia pedagógica e administrativa da instituição de ensino.

(...)

§ 4º – A oferta de serviços e de recursos de acessibilidade de que trata o inciso IV do *caput* incluirá, quando for o caso, adaptações ambientais destinadas à redução de estímulos sensoriais e à criação de espaços de acolhimento e regulação sensorial.

§ 5º – A formação continuada de que trata o inciso VIII do *caput* incluirá conteúdos relacionados à prevenção e ao manejo de situações de crise ou de desregulação comportamental no ambiente escolar.”.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 25 de agosto de 2026.

Beatriz Cerqueira, presidenta e relatora – Ione Pinheiro – Bella Gonçalves.

PROJETO DE LEI 4.430/2025**(Redação do Vencido)**

Acrescenta dispositivos ao art. 3º da Lei nº 24.844, de 27 de junho de 2024, que dispõe sobre o atendimento dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades ou superdotação nas instituições de ensino públicas e privadas do sistema estadual de educação.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Ficam acrescentados ao art. 3º da Lei nº 24.844, de 27 de junho de 2024, os seguintes incisos XVII a XIX e §§ 4º e 5º:

“Art. 3º – (...)

XVII – fortalecimento da integração entre a escola, a família e os serviços de saúde, para o atendimento de situações de crise ou de desregulação comportamental dos estudantes;

XVIII – desenvolvimento de plano individual de prevenção e manejo de situações de crise ou de desregulação comportamental dos estudantes que demandem acompanhamento específico, consideradas suas necessidades individuais e a participação da família ou do responsável legal;

XIX – implementação de orientações de referência para a prevenção e o manejo de situações de crise ou de desregulação comportamental no ambiente escolar, respeitada a autonomia pedagógica e administrativa das instituições de ensino.

(...)

§ 4º – A oferta de serviços e de recursos de acessibilidade de que trata o inciso IV do *caput* incluirá, quando for o caso, adaptações ambientais destinadas à redução de estímulos sensoriais e à criação de espaços de acolhimento e regulação sensorial.

§ 5º – A formação continuada de que trata o inciso VIII do *caput* incluirá conteúdos relacionados à prevenção e ao manejo de situações de crise ou de desregulação comportamental no ambiente escolar.”.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



RELATÓRIOS DE VISITA

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Local visitado: Escola Estadual Coronel Juca Pinto, em Belo Horizonte

Apresentação

Atendendo ao Requerimento de Comissão nº 22.701/2026, de autoria da deputada Beatriz Cerqueira, a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia visitou, em 17/8/2026, a Escola Estadual Coronel Juca Pinto, situada no Bairro Universitário, em Belo Horizonte, para ouvir a comunidade escolar sobre os efeitos do fechamento da escola e entrega do seu prédio para instalação de uma unidade do Colégio Tiradentes da Polícia Militar.

Participou da visita a deputada Beatriz Cerqueira, acompanhada pela diretora da escola, Letícia Cristine Simões Sales, pela representante do Sind-UTE subsede Venda Nova, Vanessa Marques dos Anjos, e por diferentes segmentos da comunidade escolar: mães, pais, responsáveis, profissionais da educação e estudantes.

Contexto

Ao longo do primeiro semestre de 2026, o governador Mateus Simões anunciou, em diferentes agendas públicas, a criação de novos Colégios Tiradentes da Polícia Militar em diversas regiões do Estado, com a previsão de ampliação da rede de 30 para 60 unidades. A implantação dessas novas unidades foi anunciada mediante a utilização de prédios atualmente ocupados por escolas estaduais em funcionamento, que deixarão de integrar a rede estadual de ensino gerida pela Secretaria de Estado de Educação e passarão a compor o Sistema de Ensino da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG.

A expansão anunciada pelo governo estadual se insere em uma estrutura educacional própria. A Lei nº 20.010, de 2012, disciplina o Sistema de Ensino da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, integrado pela Academia de Polícia Militar e pelos Colégios Tiradentes (art. 2º, parágrafo único). Embora a finalidade geral do sistema esteja relacionada à formação e ao desenvolvimento profissional dos militares, a lei estabelece que o ensino fundamental e o ensino médio oferecidos pelos Colégios Tiradentes integram o sistema em caráter complementar (art. 4º, § 2º). Os colégios são unidades autônomas entre si, instituídas por ato

do comandante-geral da PMMG, e a legislação lhes atribui o objetivo de preparar os alunos para o ingresso na carreira militar, prevendo regime disciplinar compatível com essa finalidade (art. 6º, *caput* e § 1º).

Uma das particularidades dos Colégios Tiradentes diz respeito ao acesso às vagas. A referida lei estabelece, em seu art. 6º, § 1º, uma ordem de prioridade para o ingresso nessas unidades: primeiro, aos dependentes de militares da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais; em seguida, aos dependentes dos servidores civis das carreiras próprias da Polícia Militar previstas nos incisos VII a XI do art. 1º da Lei nº 15.301, de 2004; depois, aos netos de militares da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros; e, por último, aos demais candidatos que atendam aos requisitos de seleção das unidades. Essas vagas são ocupadas por sorteio, conforme foi esclarecido em audiência pública realizada em 22/06/2026. Assim, embora os Colégios Tiradentes integrem a oferta pública de educação básica, a legislação estabelece grupos prioritários para ocupação das vagas, vinculados principalmente aos quadros militares e civis das corporações.

Outra característica é que os colégios têm em seu quadro carreiras próprias de servidores civis vinculadas à Polícia Militar, distintas das carreiras dos profissionais de educação básica da rede estadual de ensino. A Lei nº 15.301, de 2004, prevê as carreiras de Auxiliar Administrativo da Polícia Militar, Assistente Administrativo da Polícia Militar, Analista de Gestão da Polícia Militar, Professor de Educação Básica da Polícia Militar e Especialista em Educação Básica da Polícia Militar (art. 1º, VII a XI). Os respectivos cargos são lotados na Polícia Militar e seus ocupantes podem ter exercício nos Colégios Tiradentes ou em unidades administrativas da corporação (art. 3º, III e parágrafo único). A própria Lei nº 20.010, de 2012, estabelece que esses servidores se submetem à legislação própria do pessoal da Polícia Militar e de seu sistema de ensino (art. 8º), além de vincular seus reajustes salariais às datas e aos índices aplicados às carreiras dos policiais militares (art. 9º).

Essa estrutura de pessoal foi significativamente ampliada pela Lei nº 25.090, de 2024, aprovada no contexto da ampliação dos Colégios Tiradentes. A norma criou 1.675 cargos de Auxiliar Administrativo da Polícia Militar, 3.401 de Professor de Educação Básica da Polícia Militar e 324 de Especialista em Educação Básica da Polícia Militar, além de 30 novos cargos em comissão de Diretor de Escola do Colégio Tiradentes (arts. 1º e 4º). Com isso, o número de cargos de diretor passou de 30 para 60 (art. 5º), quantitativo que corresponde à expansão posteriormente anunciada pelo governador.

A perspectiva de encerramento de escolas estaduais em funcionamento e sua substituição por unidades do Colégio Tiradentes tem gerado apreensão nas comunidades escolares, especialmente quanto aos efeitos da medida sobre estudantes e profissionais da educação. Diante disso, o processo de expansão da rede passou a ser objeto de acompanhamento e fiscalização pela Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

Em 15/4/2026, a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia realizou audiência pública com a finalidade de debater a situação da Escola Estadual Sebastião Silva Coutinho, em Leopoldina, diante do anúncio de implantação de uma unidade dos Colégios Tiradentes nessa escola. Compareceram à audiência representantes de comunidades escolares da Escola Estadual Padre Maximino Benassati, em Muriaé, e da Escola Estadual Alberto Giovannini, em Coronel Fabriciano, atingidas por anúncios semelhantes. Os representantes relataram que não houve diálogo prévio e manifestaram preocupação quanto aos possíveis impactos do encerramento das unidades estaduais e da mudança do sistema de ensino sobre estudantes e profissionais da educação. Ao final, entre os encaminhamentos anunciados, a presidenta da comissão, deputada Beatriz Cerqueira, propôs a realização de nova audiência para que o Poder Executivo apresentasse o planejamento para a expansão dos Colégios Tiradentes.

Essa nova audiência foi realizada em 22/6/2026, com a finalidade específica de debater o planejamento de implantação das novas unidades, o diagnóstico da necessidade de sua abertura e os impactos da medida para a rede estadual de educação básica, com a participação de representantes da SEE e da PMMG. Na reunião, a superintendente de Organização Escolar e Informações Educacionais da SEE, Simone Aparecida Emerick, informou que a expansão era demanda do governo e que a secretaria vinha avaliando, entre outros elementos, a existência de vagas ociosas nas escolas; afirmou, contudo, que os estudos ainda estavam em

andamento, que apenas 19 escolas haviam sido analisadas e que não havia cronograma definido para a implementação das unidades já anunciadas.

O diretor de Educação Escolar da PMMG, coronel Carlos Eduardo Melo Barsante, também atribuiu a expansão a uma iniciativa do governo e fez um histórico da criação dos Colégios Tiradentes, relacionando-a ao atendimento educacional das famílias dos militares. Segundo informou, a legislação que ampliou a rede buscou também favorecer a permanência dos militares nas localidades onde atuam. Afirmou ainda que as unidades existentes estão instaladas em municípios que sediam batalhões e indicou como objetivo da expansão alcançar localidades com essa estrutura que ainda não dispõem de Colégios Tiradentes.

O representante da PMMG prestou ainda esclarecimentos sobre as regras de ingresso nos colégios e sobre a aquisição do material didático pelas famílias. O coronel esclareceu que, para os demais candidatos, após observada a ordem de prioridade prevista na legislação, o ingresso ocorre atualmente por sorteio. Quanto ao material didático, os custos de aquisição são de, aproximadamente, R\$680 para os anos iniciais do ensino fundamental, R\$700 para os anos finais e R\$800 para o ensino médio, com possibilidade de parcelamento e previsão de programas assistenciais para famílias em situação de hipossuficiência financeira. O *kit* de uniformes para o ensino médio, por sua vez, custa cerca de R\$1.800, custos assumidos integralmente pelas famílias.

Na audiência, também foi explicada a diferença entre a oferta educacional das escolas estaduais atingidas e a dos Colégios Tiradentes, que não ofertam educação de jovens e adultos, educação profissional técnica nem atendimento em tempo integral. A questão foi levantada pela deputada Beatriz Cerqueira diante da possibilidade de escolas que mantêm essas ofertas serem destinadas à implantação dos novos colégios. Em resposta, a representante da SEE afirmou que o processo de definição ainda estava em curso e que os critérios e a realidade de cada escola permaneciam em avaliação. Apesar das informações prestadas pelos representantes governamentais, os diagnósticos e estudos técnicos que embasariam a expansão e a definição das unidades não foram apresentados à comissão. Como encaminhamento, a presidenta da comissão anunciou a realização de visitas às escolas estaduais destinadas à implantação dos novos Colégios Tiradentes, para conhecer diretamente a realidade das unidades e ouvir as respectivas comunidades escolares.

Em 29/5/2026, o governador anunciou a implantação de oito novos Colégios Tiradentes na região Central, nos Municípios de Belo Horizonte, Betim, Ibité, Lagoa Santa, Pedro Leopoldo, Ribeirão das Neves, Sabará e Santa Luzia. Na ocasião, foram indicadas cinco escolas estaduais para receber as novas unidades: Escola Estadual Coronel Juca Pinto, em Belo Horizonte; Escola Estadual João Paulo I, em Betim; Escola Estadual Reparata Dias de Oliveira, em Lagoa Santa; Escola Estadual Nossa Senhora das Neves, em Ribeirão das Neves; e Escola Estadual Ephigênia de Jesus Werneck, em Santa Luzia. Para Ibité, Pedro Leopoldo e Sabará, as escolas ainda seriam definidas.

Em cumprimento ao encaminhamento anunciado na audiência pública de 22/6/2026, a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia iniciou, pela Escola Estadual Coronel Juca Pinto, as visitas às escolas indicadas para receber os novos Colégios Tiradentes. Essa primeira visita é o objeto deste relatório.

Relato

Em 17/8/2026, esta comissão visitou a Escola Estadual Coronel Juca Pinto, situada no Bairro Universitário, em Belo Horizonte, com a finalidade de ouvir a comunidade escolar sobre os efeitos da transformação da escola em uma unidade do Colégio Tiradentes da Polícia Militar – CTPM.

A escola funciona há 59 anos e, segundo informado pela diretora da unidade, atende atualmente cerca de 270 estudantes, do 1º ano do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio. O quadro de pessoal é composto por 80 funcionários, dos quais 27 são servidores efetivos: 21 professores de educação básica, três especialistas em educação básica e três assistentes técnicos de educação básica.

Entre os estudantes matriculados, cerca de 41% são beneficiários de programas sociais, como Bolsa Família e Pé-de-Meia. Quanto à oferta educacional, a unidade funciona nos três turnos e mantém educação em tempo integral, das 7 às 16h40, para estudantes do 4º ano do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio, além de ensino médio regular e educação de jovens e adultos no período noturno. Os estudantes atendidos em tempo integral têm quatro refeições diárias na escola.

Além dessas ofertas, a escola mantém curso técnico concomitante em automação industrial, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Senai. As atividades do curso são desenvolvidas parcialmente na própria escola e parcialmente na unidade do Senai localizada no Horto, onde os estudantes têm aulas uma manhã por semana, com transporte gratuito.

Em relação aos resultados educacionais, os dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica mostram evolução nos três níveis avaliados. Nos anos iniciais do ensino fundamental, o índice passou de 5,3, em 2023, para 6,7, em 2025; nos anos finais, de 3,3, em 2019, para 5,2, em 2025; e, no ensino médio, de 3,6, em 2019, para 3,7, em 2025.

No início da visita, a deputada Beatriz Cerqueira encontrou, na entrada da escola, um grupo de mães, pais e demais responsáveis por estudantes que aguardavam a chegada da comissão. A parlamentar solicitou à direção a disponibilização de um espaço para a escuta dos integrantes da comunidade escolar e esclareceu que a finalidade da visita era ouvi-los acerca da situação da unidade diante da medida anunciada pelo governo. A visita foi organizada em três momentos: inicialmente, a escuta dos familiares e dos profissionais da educação; em seguida, a escuta dos estudantes; e, por fim, a visita às dependências da escola.

No primeiro momento da visita, foi relatado que representantes da Polícia Militar estiveram na escola antes do anúncio da implantação do Colégio Tiradentes. Na ocasião, a visita dos militares teria sido apresentada à direção como relacionada ao Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – Proerd –, e os representantes da corporação fotografaram as dependências da unidade. Pouco tempo depois, o governador anunciou que o local passaria a sediar um Colégio Tiradentes. A comunidade escolar relatou ter sido surpreendida pela medida, sobre a qual não havia sido previamente consultada.

Servidores da unidade informaram que, na semana anterior à visita da comissão, a direção foi convocada para uma reunião com a Secretaria de Estado de Educação, na qual foi informada de que as atividades da Escola Estadual Coronel Juca Pinto serão encerradas em 31/12/2026, com a destinação do prédio para a instalação do Colégio Tiradentes anunciado para o local. Ainda conforme os relatos, os professores foram orientados a procurar vagas para remoção em outras escolas da rede estadual, e a unidade recebeu orientação para não realizar novas matrículas.

A alteração prevista para a unidade também suscitou preocupação quanto à possibilidade de permanência dos atuais estudantes no local. Foi questionado se a implantação do Colégio Tiradentes vai assegurar a matrícula dos alunos da Escola Estadual Coronel Juca Pinto no novo colégio, uma vez que o ingresso está sujeito à ordem de prioridade prevista na legislação e, para os demais candidatos, à realização de sorteio. Familiares e profissionais manifestaram preocupação com o risco de que estudantes atualmente atendidos pela escola não consigam vaga no colégio. Além disso, mesmo que consigam ingressar, os custos de material didático e uniforme podem ser obstáculos à permanência desses estudantes, considerando as condições socioeconômicas da maioria das famílias atendidas pela escola.

Outra preocupação é a continuidade do atendimento aos estudantes em outras unidades da rede estadual. Alguns dos possíveis destinos mencionados para a transferência dos alunos são a Escola Estadual Britaldo Soares Ferreira Diniz, no Bairro Vila Suzana, situada a cerca de 1,7km da unidade visitada, e a Escola Estadual Professor Hilton Rocha, no Bairro Primeiro de Maio, a aproximadamente 2km de distância e do outro lado da Avenida Cristiano Machado. A primeira oferece apenas o ensino fundamental e a segunda, apenas o ensino médio, o que poderá levar à separação de irmãos que atualmente estudam na mesma unidade e dificultar a organização cotidiana das famílias. Os participantes apontaram, ainda, dificuldades relacionadas à distância e ao custo do transporte, especialmente para famílias em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica.

Os presentes também apresentaram dúvidas quanto à manutenção das ofertas educacionais atualmente existentes na escola. A unidade oferece educação em tempo integral, educação de jovens e adultos – EJA – e curso técnico, ofertas que não integram o atendimento dos Colégios Tiradentes. Familiares questionaram, em especial, como será assegurada a conclusão do curso técnico aos alunos que já o frequentam. Em relação à EJA, a escola solicitou à Secretaria de Estado de Educação, em fevereiro e agosto de 2026, a abertura de novas turmas, diante da demanda na região, inclusive de estudantes encaminhados pela Escola Municipal Aurélio Pires para a EJA do ensino médio, e ambos os pedidos foram negados. A deputada Beatriz Cerqueira reforçou que a demanda pela abertura de turma de 1º ano do ensino médio na modalidade EJA também foi objeto dos Requerimentos nº 19.280/2026 e nº 22.944/2026, por meio dos quais a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia solicitou à secretaria providências para sua autorização.

Outra preocupação recorrente é a situação dos estudantes da educação especial. Familiares questionaram como ocorrerá a adaptação a uma nova unidade, se haverá professor de apoio quando necessário e de que forma serão preservadas as condições de atendimento atualmente oferecidas pela escola. Uma das mães relatou que sua filha, matriculada no 2º ano do ensino médio e no curso técnico, é uma estudante atípica e indagou se a escola para a qual a adolescente será encaminhada terá professor de apoio disponível, como será o processo de adaptação e questionou se será possível a conclusão do curso técnico. Outra mãe levantou a questão dos vínculos afetivos construídos pelo filho com a escola e com os profissionais que o acompanham. O atendimento educacional especializado oferecido pela escola foi elogiado pelos participantes, que manifestaram receio quanto à preservação desse suporte após a transferência dos estudantes para outras unidades.

Familiares e profissionais também elogiaram a qualidade do trabalho pedagógico desenvolvido na unidade e o acolhimento oferecido pela escola. Ficou claro que há forte vínculo entre a Escola Estadual Coronel Juca Pinto e a comunidade local. Os participantes relataram que diferentes gerações de uma mesma família estudaram na instituição e que ex-alunos atualmente têm filhos matriculados na unidade ou nela trabalham.

A longa história da escola na comunidade foi ilustrada por diferentes depoimentos. Uma professora que trabalha na instituição desde 1979 relatou que seu pai participou da construção da biblioteca da escola. Outra docente, também com longa trajetória na unidade, contou ter desenvolvido com suas turmas uma atividade de produção de textos com o tema “A nossa escola não pode fechar”, na qual os estudantes narraram histórias de familiares que também haviam estudado na instituição. Uma das participantes, ex-aluna da unidade, recordou as condições precárias da escola nos primeiros anos, quando parte de sua estrutura era de madeira e lata, e descreveu como essas condições foram melhorando ao longo do tempo.

Os participantes também relataram a inserção da escola na dinâmica cotidiana do bairro. A unidade é a única escola pública do Bairro Universitário que oferece os ensinos fundamental e médio, e suas dependências também são utilizadas em atividades que atendem à comunidade, como as aulas de capoeira na quadra. A proximidade de uma escola municipal de educação infantil foi mencionada por familiares como fator que facilita a organização cotidiana das famílias com filhos matriculados nas duas unidades.

Foram questionadas as razões para a escolha da Escola Estadual Coronel Juca Pinto para sediar o novo Colégio Tiradentes. Os presentes argumentaram que a escola está em funcionamento, atende diferentes etapas e ofertas educacionais e vem apresentando melhora em seus resultados no Ideb. Chamaram a atenção para o fato de a unidade estar recebendo investimentos e efetuando melhorias em sua infraestrutura pouco antes do encerramento anunciado de suas atividades. Segundo relataram, parte das intervenções era demandada pela comunidade escolar havia bastante tempo e os recursos necessários à sua execução somente haviam sido liberados recentemente pela SEE. Familiares e profissionais manifestaram indignação diante da perspectiva de que, após anos de reivindicação por essas melhorias, a atual comunidade escolar possa usufruí-las por pouco tempo antes do encerramento das atividades da unidade. Os participantes também lembraram que há escolas estaduais desativadas que poderiam ser consideradas para a implantação de um Colégio Tiradentes, como a Escola Estadual Professor Alberto Mazoni Andrade, cujas atividades foram encerradas em 2025. Dessa forma, segundo afirmaram, não haveria necessidade de fechar uma escola em funcionamento.

Os presentes mencionaram o Parecer CEE/MG nº 1.097/2026, que trata dos procedimentos relacionados à expansão da rede de Colégios Tiradentes e cuja conclusão, publicada em 4/7/2026, integra o Anexo deste relatório. Nesse parecer, o Conselho Estadual de Educação considera recomendável que cada processo de mudança de mantenedora ou de implantação de unidade da rede seja submetido à análise individualizada pelo Conselho, para possibilitar a verificação das condições concretas de funcionamento e a definição do ato regulatório cabível, com observância dos direitos e deveres dos envolvidos.

A referência à observância dos direitos dos envolvidos havia gerado a expectativa de que a comunidade escolar seria escutada e participaria do processo; no entanto, a forma como foi conduzido até aquele momento não correspondeu a essa expectativa, especialmente por que não houve consulta prévia à comunidade. Integrantes da comunidade escolar procuraram, então, o Ministério Público de Minas Gerais em razão do anunciado encerramento da escola, e o órgão instaurou procedimento administrativo para solicitar esclarecimentos à SEE sobre a medida. Os presentes relataram que estava prevista, para a mesma semana da visita da comissão, uma reunião do promotor de Justiça Felipe Faria com representantes das famílias.

No segundo momento da visita, a comissão ouviu estudantes do 8º e do 9º anos do ensino fundamental e do 1º ao 3º ano do ensino médio, que se mobilizaram para acompanhar a atividade e exibiram cartazes em defesa da escola. Os alunos lamentaram que não haviam sido consultados sobre a implantação do Colégio Tiradentes e relataram incerteza quanto às escolas para as quais serão encaminhados no próximo ano. Também mencionaram a possibilidade de separação de irmãos, primos e amigos que estudam na mesma unidade.

Alunos que já frequentam o curso técnico questionaram como poderão concluí-lo após o encerramento das atividades da unidade, e estudantes do 1º ano do ensino médio manifestaram incerteza quanto à possibilidade de ingressar no curso no ano seguinte. Além disso, os estudantes disseram não ter informações sobre a continuidade da educação em tempo integral. Uma estudante se queixou que a escola estava passando por reformas e conquistando melhores condições estruturais justamente quando se decidiu pelo seu fechamento.

Alguns alunos relataram estudar na unidade desde os primeiros anos do ensino fundamental e mencionaram histórias de familiares que também passaram pela instituição. Reconheceram a qualidade do ensino e o trabalho dos profissionais da escola e consideraram que a comunidade deveria ter sido ouvida antes da decisão de encerrar as atividades da escola. Segundo afirmou uma das estudantes, a mobilização dos alunos não era contra o Colégio Tiradentes, mas contra o encerramento da Escola Estadual Coronel Juca Pinto e a forma como a decisão havia sido tomada, sem consulta à comunidade escolar.

No terceiro momento da visita, a comissão percorreu as dependências da escola e conheceu os espaços e as obras em andamento na unidade. Segundo informado, foram investidos aproximadamente R\$1,4 milhão nas obras da escola. Os pisos das salas de aula já foram integralmente substituídos. A quadra receberá aplicação de pintura epóxi no piso e sua cobertura será substituída. O pátio está sendo reformado e, no momento da visita, seu piso já havia sido integralmente retirado. Os vestiários serão refeitos e duas quadras de vôlei serão construídas. A previsão para a conclusão das obras é novembro de 2026.

Conclusão

A visita à Escola Estadual Coronel Juca Pinto evidenciou, sobretudo, a exclusão da comunidade escolar do processo de definição da implantação do Colégio Tiradentes na unidade. Segundo os relatos colhidos, a visita da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia foi a primeira oportunidade em que familiares, profissionais e estudantes foram ouvidos acerca da medida.

A comunidade escolar se manifestou contrariamente ao encerramento da escola para a instalação do novo colégio e revelou forte insatisfação com a forma de condução do processo, especialmente pela falta de consulta prévia. Além disso, o anúncio da implantação do Colégio Tiradentes não foi acompanhado de informações claras sobre a permanência dos estudantes no novo colégio nem sobre a continuidade das condições de atendimento e das ofertas educacionais atuais.

Constatou-se a realização de investimentos significativos na escola próximo ao anúncio de encerramento de suas atividades. Obras de aproximadamente R\$1,4 milhão estavam em execução no momento da visita, inclusive para atender demandas antigas da comunidade escolar. Os participantes questionaram o fato de intervenções reivindicadas terem sido autorizadas apenas às vésperas do encerramento da unidade. Considerando que o prédio deixará de abrigar a atual escola estadual e será destinado à instalação de um colégio integrante do sistema de ensino da Polícia Militar, essas melhorias serão usufruídas, após a mudança, por uma unidade vinculada a outro sistema de ensino. O prejuízo à comunidade com o fechamento da escola é irreparável. A comunidade perderá o atendimento educacional especializado, a oferta de educação de jovens e adultos, do ensino profissionalizante de tempo integral.

Ao final da visita, a deputada Beatriz Cerqueira informou que os seguintes encaminhamentos serão propostos no âmbito da comissão:

- encaminhamento deste relatório à comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais e ao secretário de Estado de Educação;
- realização de audiência pública na Escola Estadual Coronel Juca Pinto para debater a implantação do Colégio Tiradentes na unidade e ouvir a comunidade escolar sobre a medida, convidando representantes da Polícia Militar de Minas Gerais, da Secretaria de Estado de Educação, do Ministério Público, da Defensoria Pública e do Colegiado Escolar;
- apresentação de requerimento para que o Colegiado Escolar da Escola Estadual Coronel Juca Pinto se manifeste formalmente sobre a implantação do CTPM na unidade.

Sala das Comissões, 25 de agosto de 2026.

Beatriz Cerqueira, relatora.

- O anexo a que se refere o relatório de visita pode ser acessado por meio do *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/631/409/2631409.pdf>



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 24/8/2026, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Dhayana de Oliveira Lana, padrão VL-56, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Leandro Genaro;

exonerando Pablo Silva Ribeiro, padrão VL-52, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Leandro Genaro;

nomeando Daniel Pícoli Damas, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Leandro Genaro;

nomeando Kelly Sabrina de Oliveira Lopes Chagas, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Leandro Genaro.

TERMO DE CONTRATO Nº 33/2026

Número no Siad: 9519241

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Proteção contra Incêndio Rival do Fogo Ltda.

- EPP. Objeto: prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos que compõem o Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico das edificações da contratante, compreendendo extintores de incêndio, mangueiras de combate a incêndio e

hidrantes internos. Vigência: dois anos, contados da data de publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas, prorrogável na forma da lei. Licitação: pregão eletrônico. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4.239.0001.33.90.10.1.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 113/2026

Primeira conveniente: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Segundo conveniente: Tribunal Regional Eleitoral. Objeto do contrato: promover campanha para conscientização dos eleitores do Estado quanto à importância da democracia, com foco no enfrentamento à desinformação relacionada ao processo eleitoral. Objeto do aditamento: segunda prorrogação. Vigência: 25/8/2026 a 24/8/2028.

CREDENCIAMENTO Nº 2/2024

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que, nos termos do art. 16, I, da Deliberação da Mesa nº 2.834, de 2024, foi deferido o pedido da Júlia Pessoa Odontologia Ltda. para o credenciamento em epígrafe, que tem como objeto a prestação de serviços de assistência odontológica.



ERRATA

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão de Desenvolvimento Econômico

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 5/5/2023, na pág. 88, sob o título “Apresentação”, onde se lê:

“esta comissão visitou, em 25/4/2023”, leia-se:

“esta comissão visitou, em 26/4/2023”.